

AGROECOLOGIA NA GUATEMALA:

uma alternativa para superar
a dependência alimentar*

■ Aníbal Salazar e Álvaro Caballeros





Não deixa de ser paradoxal que um país com terras aptas à agricultura e uma população arraigada a seu território e detentora de saberes ancestrais vivencie altas taxas de desnutrição infantil crônica (49%), apresente os mais elevados índices de concentração de terras da região, enfrente novos processos de grilagem de terras indígenas¹ e se envenene pelo uso massivo de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos. Esse cenário de incongruências está convertendo um país autossuficiente na produção de alimentos em um dependente e importador.

Felizmente, milhares de famílias camponesas guatemaltecas colocam em prática estilos de agricultura contra-hegemônicos. Além de valorizar saberes ancestrais, esses estilos baseiam-se na produção própria de insumos, no emprego de técnicas que favorecem a produção de alimentos saudáveis e que não prejudicam o meio ambiente, na adoção de sistemas de captação e uso efetivo da água, na venda de excedentes em mercados locais e na ativa participação em ações coletivas em defesa dos territórios, o que inclui o domínio sobre processos de produção e intercâmbio de conhecimentos e inovações técnicas.

Este artigo apresenta um panorama da situação da terra, da agricultura e da produção alimentar na Guatemala, suas principais características e tendências. Para tanto, concentra-se nas políticas públicas agrárias, agrícolas e de desenvolvimento rural, além de abordar as ameaças que recaem sobre o campo. Por fim, com base em experiências de famílias, organizações e comunidades, faz uma avaliação global dos benefícios da Agroecologia em regiões afetadas pela seca, pela expansão das monoculturas e pelas crises alimentares.

TERRA E AGRICULTURA NA GUATEMALA: ENTRE A GRILAGEM E A DEPENDÊNCIA ALIMENTAR

O contexto atual da agricultura guatemalteca não passa de um prolongamento do modelo colonial bipolar latifúndio/minifúndio. Desde 1950, o Estado da Guatemala tem implementado políticas de modernização (1950-1970), desenvolvimentistas (1974-1985) e neoliberais (1990-2016) que conduziram à situação de dominação corporativa global e locais e ao abandono do campo de grandes contingentes da população.

^{*}O presente artigo apresenta uma síntese do estudo publicado em 2015 intitulado: *Agricultura para a vida: benefícios da agricultura sustentável com base em experiências de organizações, comunidades e famílias camponesas na Guatemala*, no marco da Aliança pela Agroecologia.

¹Em muitos textos escritos em português, verifica-se o uso da expressão *land grabbing* em inglês (*acaparamiento de tierras*, em espanhol) para se referir a esse fenômeno atual que consiste na apropriação de grandes extensões de terra por investidores estrangeiros públicos ou privados, visando tanto a exploração agrícola como o controle de recursos naturais (água, minérios ou florestas). No Brasil, acreditamos que *grilagem de terras* é a tradução mais adequada para o termo por remeter ao histórico processo de expropriação de terras indígenas e camponesas por meios fraudulentos (N. da T.)

Desde o início dos anos 1990, o Estado vem desativando as políticas de promoção da agricultura e das agroexportações criadas nos anos 1960 e 1970, por meio do desmantelamento de instituições de incentivo à agricultura e que regulavam a produção de grãos.

Em 1990, as tarifas de importação do trigo e da farinha foram reduzidas. Em 2005, com o Tratado de Livre Comércio, as tarifas de importação do milho foram abolidas e agora o mercado internacional promove a expansão das monoculturas e força a abertura aos cultivos transgênicos. Simultaneamente, as compras de alimentos vindos dos Estados Unidos têm aumentado. A estratégia corporativa também fomenta o consumo de comida industrializada, instantânea e saturada de gorduras e sal, afetando não apenas a saúde, como a cultura alimentar das populações guatemaltecas e a economia camponesa.

Além disso, as políticas agrárias (a regularização das terras e os incentivos às monoculturas) têm se mostrado coniventes com a expropriação sistemática de terras comunais, de estabelecimentos camponeses e de propriedades rurais coletivas. Entre 2003 e 2013, segundo a Pesquisa Agropecuária Nacional (INE, 2014), 527 mil hectares deixaram de ser utilizados para o plantio e a colheita de milho, feijão e arroz e foram destinados a monoculturas. Do total de terras utilizadas na agricultura, as monoculturas abrangem mais de um milhão de hectares, enquanto os cultivos alimentares ocupam 890 mil hectares.

Observa-se, portanto, que tais políticas neoliberais, que rezam pela cartilha do livre comércio e dos interesses corporativos, vêm promovendo um processo de *descampesinização* e de crescente dependência da importação de alimentos, comprometendo a soberania alimentar no país.

Como se não bastasse, a seca e as mudanças climáticas afetam diretamente mais de 150 mil famílias no país e seus efeitos mais notáveis são as perdas de 80% da produção de feijão e milho.

A CEGUEIRA DO ESTADO GUATEMALTECO

Apesar de seu papel estratégico, a Agroecologia permanece sendo colocada em prática de forma marginal em relação às políticas públicas, que seguem sendo concebidas por enfoques convencionais e assistencialistas e influenciadas por interesses corporativos.

A política nacional de desenvolvimento rural, por exemplo, foi aprovada pelo poder executivo em 2009. No entanto, não tem aberto caminhos para uma mudança real de paradigma, por ter deixado de priorizar a agricultura e a produção de alimentos para atender a interesses dos poderes oligárquicos, que continuam resistindo aos anseios populares pela democratização da terra e à perda de seus privilégios históricos.

Já a política agrária aprovada em 2014, além de não tratar a fundo os problemas na estrutura agrária do país, foi ofuscada pela corrupção generalizada no governo que a promoveu.

Para neutralizar os efeitos do abandono do campo, o Estado tem optado por um viés assistencialista, em lugar de políticas integradoras. No período entre 2001 e 2015, foram implementados programas de distribuição de fertilizantes sintéticos que representaram, em média, 40% do orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Alimentação. Também passaram a ser distribuídas cestas de alimentos (óleo, feijão, farinha de milho, arroz, sal e açúcar) que, além de representar custos elevados, transformaram as populações rurais em objeto de caridade pública, arrefecendo sua capacidade de adaptação e resiliência e aumentando sua dependência alimentar.

Outro reflexo dessa cegueira estatal quanto aos potenciais da Agroecologia é a recusa prolongada e sistemática do Congresso Nacional em aprovar a Iniciativa 4.084 (Lei do Sistema Nacional de Desenvolvimento Rural Integrado). Proposta e consensuada por organizações camponesas desde 2009, a lei tem como objetivo priorizar o camponês e reorientar o marco institucional de modo a incentivar e promover uma agricultura voltada para a sustentabilidade, a garantia da soberania alimentar e o fortalecimento da economia camponesa.

Por outro lado, cumpre destacar a aprovação de leis que, embora se apresentem como protetoras da biodiversidade, constituem verdadeiras tentativas de privatização das sementes e da biodiversidade (Lei Monsanto, Protocolo de Nagoia) e refletem o poder corporativo sobre as decisões públicas.

RESISTÊNCIA CAMPONESA E AGROECOLOGIA

A agricultura camponesa é estratégica enquanto mecanismo de resistência dos povos, ao garantir a alimentação desde as fases mais nefastas da colônia até a era do corporativismo global. Essa agricultura ancestral é a referência da atual Agroecologia, sendo levada adiante com vigor no meio rural do país pelas organizações camponesas e indígenas de base e pelas mulheres.

A origem do movimento de Agroecologia remonta ao final da década de 1970, em San Martín Jilotepeque, cidade em que a ONG Vizinhos Mundiais² conduziu uma série de oficinas de capacitação e experimentação. Em um segundo momento, por meio da metodologia campesino a campesino, as organizações camponesas e indígenas e ONGs uniram esforços para promover a soberania alimentar, a defesa do território e a produção de alimentos saudáveis, mas, acima de tudo, para garantir a vida em territórios que historicamente pertencem a essas comunidades e povos.

²World Neighbors é o nome original dessa ONG que atua em vários países do Terceiro Mundo. (N. da T.)



(A) AGRICULTURA ANCESTRAL É A REFERÊNCIA DA ATUAL AGROECOLOGIA, SENDO LEVADA ADIANTE COM VIGOR NO MEIO RURAL DO PAÍS PELAS ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS E INDÍGENAS DE BASE E PELAS MULHERES.

Nesse contexto, a Agroecologia surge como aposta para um universo cada vez maior de organizações camponesas que lutam pelo acesso, uso e cuidado com os elementos naturais, principalmente a terra e a água. Trata-se da culminância de um processo de vários anos de formação, intercâmbio de experiências, construção de escolas e desenvolvimento de projetos que fortalecem a agricultura sustentável.

Com o enfoque agroecológico, as organizações camponesas unificam suas bandeiras e dão um salto importante, o que se reflete na eficiência de seus sistemas produtivos, na recuperação dos solos, na manutenção da diversidade nas parcelas, na autossuficiência alimentar, na produção de excedentes, na criação de mercados locais e na organização política.

Recupera-se assim a autoestima de milhares de agricultores, tão abalada pela estratégia de *descampesinização* – que

via os camponeses como improdutivos –, abrindo caminho para a construção de um sujeito camponês com poder para rechaçar a dependência agroquímica e a dominação corporativa.³

BENEFÍCIOS DA AGROECOLOGIA: ANÁLISE DE CASOS EM QUATRO REGIÕES

Existem milhares⁴ de experiências agroecológicas conduzidas pela agricultura familiar que, com o importante trabalho de diversas organizações,⁵ têm trazido benefícios para o bem-estar das famílias, a economia comunitária, a natureza e a participação política das pessoas/famílias envolvidas, embora continuem invisíveis para grande parte da sociedade.

A partir de 2014, a Fundebase e a Aliança pela Agroecologia na Guatemala impulsionaram a sistematização de casos em Jalapa, Alta Verapaz, El Progreso, El Quiché e Chimaltenango, regiões afetadas pela expansão da palmeira africana, pela seca e pela desnutrição e onde estão em curso experiências que foram compartilhadas pela

³Para o Estado repressor e os interesses transnacionais, se o camponês produz comida, ele tem poder.

⁴Não existe um mapeamento nacional que permita quantificar e localizar as experiências agroecológicas e o fluxo alimentar e econômico que geram. A Associação Guatemalteca de Exportadores (Agexpor) detém dados apenas sobre os cultivos orgânicos para exportação.

⁵Entre essas organizações, destacamos, em tradução livre: o Comitê de Unidade Camponesa (CUC), o Comitê Camponês do Altiplano (CCDA), a Fundação para o Desenvolvimento e o Fortalecimento das Organizações de Base (Fundebase), a Associação Pró-Bem-Estar em Ação (Aproba-Sank), a Plataforma Agrária, a Associação de Serviços Comunitários de Saúde (Asecsa), a Associação Santa Maria dos Anjos (Asmadelá), entre outras.



“ O MANEJO INTEGRADO DOS AGROECOSSISTEMAS PROMOVE A INTERAÇÃO E A CONEXÃO ENTRE OS COMPONENTES AGRÍCOLA, PECUÁRIO, FLORESTAL E HIDROBIOLÓGICO



Aliança Mulheres Rurais, pelo CCDA, pela Asecsa, pela Asmadela e pela própria Fundebase.

Todas as visitas às parcelas identificaram variados avanços promovidos pelas experiências agroecológicas e a satisfação entre as famílias campone-

sas, que destacaram como principais benefícios o aprimoramento no manejo dos agroecossistemas, os ganhos econômicos e a ação coletiva. A seguir, destacamos os principais pontos levantados pela sistematização conduzida nas quatro regiões.

Manejo sustentável dos agroecossistemas

Uma característica da agricultura camponesa praticada nas regiões estudadas é o manejo integrado dos agroecossistemas, que promove a interação e a conexão entre os componentes agrícola, pecuário, florestal e hidrobiológico. Entre os principais fatores que geram benefícios para as famílias, estão: a recuperação de solos, a elaboração de adubos orgânicos, o aproveitamento dos recursos hídricos, o manejo florestal e agroflorestal, a conservação da umidade, o manejo pecuário adequado, a recuperação e a conservação de sementes nativas e a proteção da biodiversidade.

Soberania Alimentar

Todos os casos estudados demonstram a contribuição do enfoque agroecológico para a alimentação e a nutrição de famílias, comunidades e povos. A sabedoria ancestral, componente importante das práticas agroecológicas, ensina a privilegiar seus próprios recursos e produtos. A sanidade dos alimentos se deve ao uso de sementes locais, sem emprego de agrotóxicos. As famílias dispõem em suas parcelas de uma oferta ampla de fontes de alimentos que cobrem as demandas nutricionais durante o ano todo. Além disso, as comunidades lutam para garantir seus direitos ao acesso a recursos estratégicos que formam a base de seus processos produtivos. Dessa forma, com autodeterminação, os povos originários e as comunidades tradicionais da Guatemala exercem a liberdade de decidir o que produzir e consumir.

Resiliência às mudanças climáticas

As experiências estudadas demonstram capacidade não só de resistir a condições climáticas ou naturais adversas, como de se recuperar de danos sofridos. Os elementos que mais contribuem para a resiliência desses sistemas são: a diversificação e o manejo multiestratificado de cultivos; a produção e o manejo eficiente de animais domésticos; o manejo adequado dos solos com cobertura morta (*mulch*) ou de leguminosas; a manutenção da umidade; a adubação orgânica; e o uso de sementes nativas e crioulas rústicas.

Interconectividade de componentes produtivos

A abordagem para a implementação e o manejo de sistemas agroecológicos não segue uma lógica linear e unilateral, que define um ponto de partida para o processo de transição. Cada família desenvolve seu próprio processo de acordo com a sua realidade e preferências. No entanto, as famílias e comunidades estudadas apresentaram em comum um sistema interdependente, em que a diversificação produtiva gera alimentos não só para as pessoas, mas também para os animais. Estes, por sua vez, produzem resíduos que servem para a preparação de adubos orgânicos que são devolvidos ao solo. Recursos florestais também geram resíduos que complementam os volumes de adubos orgânicos, assim como servem como combustível para o preparo dos alimentos das famílias. Dessa forma, os sistemas analisados desenvolveram uma capacidade de funcionar em um círculo virtuoso de aproveitamento de cada componente.

Agroecologia e ação coletiva

Outro traço comum entre os casos analisados é a consciência crítica e a mobilização dos(as) agricultores(as). A participação em oficinas de formação e capacitação



Foto: Fundebase

Biopoder: resultado do estreito vínculo do camponês com a natureza

técnica, a racionalidade camponesa compartilhada, a incorporação da metodologia camponês a camponês⁶ e o claro reconhecimento de que são portadores de biopoder⁷ contribuem para a construção de um novo sujeito camponês, mais próximo das demandas de sua comunidade e mais reativo e propositivo diante das investidas recorrentes que ameaçam a agricultura, o meio ambiente, o seu território e a economia familiar.

A participação das famílias tem sido cada mais frequente em ações não apenas locais, mas também municipais e nacionais. Na Guatemala, nos últimos dois anos, foram travadas batalhas importantes, em que a participação do campesinato foi

⁶A expressão, traduzida do espanhol *metodología campesino a campesino*, refere-se a um conjunto de recursos metodológicos tendo como base a troca de saberes e práticas entre os próprios agricultores e agricultoras, proporcionando a valorização de seus conhecimentos e o fortalecimento da identidade camponesa. (N. da T.)

⁷O termo faz referência à capacidade política dos camponeses adquirida pela autonomia tecnológica, econômica e produtiva, assegurando alimentos para si e para outros. O camponês ou camponesa que produz alimentos por meios autogestionados participa em processos de transformação política com maior facilidade, empoderamento e autodeterminação, em comparação com aqueles que dependem de fontes externas para produzir e para se alimentar.

decisiva: a revogação da Lei Monsanto; a suspensão temporária da ratificação do Protocolo de Nagoia, por meio do qual o Estado obtinha respaldo para regular a produção transgênica no país; e a mobilização cidadã de 2015 contra a corrupção. A formação de uma rede de promotores agroecológicos composta por 400 pessoas (incluindo mulheres, homens e jovens) envolvidas na experiência da Fundebase e a adesão das organizações camponesas a movimentos mais amplos, como a Assembleia das Organizações, Povos e Comunidades, a mobilização para a aprovação da Iniciativa 4.084, as marchas pela água, pela terra e pela vida, assim como a consolidação da proposta de bem viver como referência alternativa aos discursos do progresso e do crescimento econômico, são outros exemplos da ação política dos agricultores e agricultoras agroecológicos.

FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E DEFESA DO TERRITÓRIO

Jovens e mulheres são atores prioritários da Agroecologia, uma vez que a superação dos desafios da sucessão geracional e da soberania alimentar está em suas mãos. A Agroecologia não só favorece, como se nutre das oficinas de capacitação, dos processos de formação política e da consciência do papel das mulheres em todas as esferas da sociedade, da família e dos mercados.

A formação e a capacitação com enfoque camponês a camponês têm despontado como o melhor sistema de extensão rural porque possibilita que aqueles que participam do processo o multipliquem entre seus amigos, familiares e comunidades, assim como em outros âmbitos. A juventude que participa das formações adquire, dessa forma, ferramentas para assumir a liderança local e municipal. O enfoque participativo e do *aprender fazendo* tem gerado metodologias valiosas e resultados consideráveis,

contribuindo para a promoção e o fortalecimento da proposta da agroecológica na Guatemala.

A Agroecologia também vem ampliando o horizonte de luta das famílias e comunidades, com muitos agricultores ativamente envolvidos em processos de defesa dos territórios. É o caso de um grupo de agricultores de San Carlos Alzate, cidade do departamento de Jalapa, que, representando suas comunidades, apresentou às autoridades uma solicitação formal para a realização de uma consulta municipal acerca da implantação de um projeto de mineração.

CONCLUSÕES

A Agroecologia, com seus múltiplos benefícios, desafios e ameaças, vem se afirmando como um enfoque estratégico não apenas para o campesinato, mas para toda a sociedade, ao exercer forte influência em esferas como alimentação, saúde, economia, meio ambiente, relações sociais e incidência política.

Embora não haja dados que permitam dimensionar com precisão a representatividade da agricultura camponesa em termos geográficos, produtivos, econômicos, sociais e ambientais, são irrefutáveis os benefícios desse modelo contra-hegemônico em favor da vida, em oposição aos fracassos do modelo convencional, que não conseguiu cumprir suas promessas de reduzir a fome, o desmatamento, o empobrecimento do solo, o ecocídio, a dependência alimentar e o endividamento das famílias camponesas, entre outros.

A partir dos estudos de caso, foi possível constatar a viabilidade, a importância e o potencial da Agroecologia para as famílias camponesas, particularmente no que se refere à construção da soberania alimentar e à defesa do território. Apesar disso, verifica-se que as experiências analisadas, assim como a maioria das iniciativas em outras regiões, não contam com o apoio de instituições governamentais. Pelo contrário, o Estado fomenta os pacotes tecnológicos, difunde a agricultura convencional e legisla em prol do poder corporativo agroquímico transnacional.

As políticas públicas atuais também não são consistentes. É preciso uma redefinição estratégica do Ministério da Agricultura, por meio da criação de um programa dotado de recursos, capacidades humanas, instalações e campos experimentais para promover a Agroecologia como política de Estado, tendo como base a agricultura familiar camponesa.

Mas não só o Ministério da Agricultura, como as instituições agrárias e rurais carecem de uma estratégia para fortalecer e incrementar a produção de alimentos saudáveis no país, o que

inviabiliza o enfrentamento do desafio de atender à demanda de alimentos que se duplicará até 2050.

Observa-se, portanto, a inexistência de marcos legais, instituições e programas para impulsionar a Agroecologia na Guatemala, apesar do crescente reconhecimento público de sua importância estratégica e viabilidade.

Diante desse quadro, entre as demandas imediatas ao Estado da Guatemala, destacamos:

- Aprovar a Iniciativa 4.084 sobre o Sistema Nacional para o Desenvolvimento Rural Integrado, garantindo sua institucionalidade e respectivo orçamento, de modo a que configure como um marco abrangente que venha a facilitar programas e políticas posteriores destinadas a promover o campesinato como sujeito de direito prioritário, a produção sustentável de alimentos e a soberania alimentar enquanto elementos essenciais de interesse coletivo.
- Promover a sustentabilidade como enfoque norteador de políticas e programas que apoiam diretamente a agricultura, balanceando melhor os investimentos públicos entre o fomento às inovações agroecológicas e os pacotes tecnológicos atualmente disseminados. Essa estratégia permitirá que haja uma transição de uma economia camponesa subsidiada e dependente para uma economia sustentável e com autonomia tecnológica e capacidade de resiliência.
- Adotar medidas estratégicas para promover a agricultura sustentável como uma solução alternativa às crises alimentares, nutricionais e climáticas. Afinal, é inaceitável continuar insistindo em programas de distribuição generalizada de fertilizantes sem levar em conta as características, necessidades e demandas políticas da agricultura camponesa que vem buscando libertar-se dessa dependência agroquímica.
- Respeitar as estruturas organizacionais ancestrais e os modos de exercício de autogoverno, deixando de impor determinações alheias a essas formas próprias de governança. Respeitar os direitos históricos e a legitimidade dos povos sobre o cuidado com seus territórios. Nesse sentido, todo processo que afete os interesses coletivos dos povos originários deverá ser precedido de uma consulta livre e informada, seguindo os preceitos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais ratificada pelo Estado da Guatemala.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Instituto Nacional de Estadística. **Encuesta Nacional Agropecuária**. Guatemala, 2014